



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO PASSOS

IND 2762/2004

INDICAÇÃO Nº

/2004

Assessoria do Plenário

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS e GIM ARGELLO)

Indicação para registro n. 111

CEOF.

25,08/09

Paulo Roberto Guimarães da Costa  
Chefe da Assessoria do Plenário

Sugeri ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, o envio de Mensagem à esta Câmara Legislativa objetivando a redução do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, incidente sobre as empresas corretoras de seguro, de 5% para 2%.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 129 do Regimento Interno, sugeri ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, o envio de Mensagem à esta Câmara Legislativa objetivando a redução do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, incidente sobre as empresas corretoras de seguro, de 5% para 2%.

JUSTIFICATIVA

PROTOCOLO LEGISLATIVO	
Ind. nº	2762/04
Fis. N.º	01 CAS

A presente Indicação objetiva fazer justiça para a categoria das Empresas Corretoras de Seguros do Distrito Federal, buscando a adequação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre a atividade, dos 5%, cobrados atualmente, para 2%, em acordo com a Lei Complementar nº 116/2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.

Destaque-se que a atividade para a qual se pretende a redução do ISS, já teve a adequação, dos 5% para os 2%, em várias capitais Brasil afora, a saber, no Espírito Santo, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, em Belo Horizonte, em Porto Alegre e no Rio de Janeiro. É justo, portanto, principalmente para evitar uma vazão das empresas do ramo, do Distrito Federal para outros locais, e conseqüentemente da receita auferida com esses impostos, que a legislação pertinente seja adequada à essa realidade, procedendo a redução do ISS sobre esses serviços.

015 24/08/04 15:13:42



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO PASSOS

Quanto a atividade para a qual se visa a redução do ISS, colacionamos o item de que trata a Lei Complementar nº 116/2003, relacionado à matéria, *in verbis*:

***“10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.”***

Outrossim, devemos acrescentar que a matéria objeto da presente vem sendo discutida já há algum tempo, em diversas oportunidades, tanto com a categoria dos empresários como com representantes do Governo do Distrito Federal. A adequação desse tributo, na forma sugerida nesta Indicação, configura uma questão de justiça para com essas pessoas, em sua maioria micros e pequenos empresários. E mostra-se necessária em decorrência da dificuldade que estas pessoas estão encontrando em arcar com um custo deveras oneroso para a sua atividade econômica.

Visando sanar essa situação, sugerimos ao Excelentíssimo Senhor Governador que proceda a do ISS incidente sobre a atividade, de forma a estabelecer um quadro mais favorável ao desenvolvimento econômico de nossa cidade.

Diante do exposto, rogo aos nobres pares o apoio para a aprovação da presente Indicação, haja vista a matéria aqui tratada ser de relevância indiscutível. Além disso, não se pode olvidar que é uma característica do nosso Governador Joaquim Roriz, o tratamento justo e equânime aos menos favorecidos, e a correção aqui apresentada mostra-se essencial para que o imposto alcance a sua função social sem penalizar exageradamente essa classe empresarial.

Sala das Sessões, em.....

PROTOCOLO LEGISLATIVO	
Ind. nº	2762, 04
Fls. Nº	02 CR

  
DEPUTADO PEDRO PASSOS  
AUTOR

  
DEPUTADO GIM ARGELLO  
AUTOR